

CONSTRUÇÕES EDUCATIVAS DO JOVEM NEGRO: UMA ANÁLISE SOBRE A SUBJETIVIDADE

Viviane Bernadeth Gandra Brandão¹
Vânia de Fátima Noronha Alves²

RESUMO: Este trabalho consiste em uma discussão teórica sobre as construções educativas do jovem negro, na perspectiva da subjetividade. Desse modo, a temática integra os estudos em relação a educação e a cultura, tendo como hipótese que o processo de formação educativo do jovem negro propicia o seu processo subjetivo no contexto social. Nesse sentido, foi problematizado por meio da seguinte indagação: Como são construídas as práticas educativas do jovem negro considerando a sua subjetividade? Este estudo fundamenta-se metodologicamente em uma revisão bibliográfica fundamentada em leitura intensiva de textos sobre o tema, o que propiciou conhecimentos referente a conjuntura que o jovem negro está inserida, além de compreender as particularidades que cada um vive, o que favorece o processo de subjetivação fundamentado nas práticas educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem negro. Práticas educativas. Subjetividade.

EDUCATIONAL CONSTRUCTIONS OF THE YOUNG BLACK: AN ANALYSIS ON SUBJECTIVITY

ABSTRACT: This work consists of a theoretical discussion about the educational constructions of the young black, in the perspective of subjectivity. Thus, the theme integrates the studies in relation to education and culture, with the hypothesis that the educational process of the young black propitiates his subjective process in the social context. In this sense, it was problematized by means of the following question: How are the educational practices of the young Negro considered, considering his subjectivity? This study is methodologically based on a bibliographical review based on intensive reading of texts on the subject, which provided knowledge about the conjuncture that the young black man is inserted in, besides understanding the particularities that each one lives, which favors the process of subjectivation based on educational practices.

KEYWORDS: Young black. Educational practices. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

A juventude é um período importante em que as experiências vivenciadas e a facilidade para a apreensão de conhecimentos são características indispensáveis para a construção subjetiva do ser jovem. Em termos legais, com a promulgação do Estatuto da Juventude – EJ - Lei nº 12.852/2013, é considerado jovem no território brasileiro, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Conforme Brasil (2013), aos adolescentes de 15 a 18 anos aplica-se o Estatuto da Criança e da Adolescência-

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- Puc-Minas. Docente do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes. E-mail: vaninhanoronha@gmail.com.

² Doutora em Educação pela USP. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Puc-Minas.

ECA e, exclusivamente, o Estatuto da Juventude - EJ, quando ele não conflitar com as normas do ECA.

Porém, não é simples conceituar juventude porque os critérios que a constituem são históricos e culturais como afirmam Dayrell e Carrano (2003). É variável a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado vai lidar e representar esse momento. A categoria é carregada de sentidos, mas podemos delinear algumas concepções que orientam essa discussão, que na maioria gira em torno especialmente dos critérios etários e socioculturais.

Nesse sentido, ressalta-se pensar em juventudes plurais, considerando os recortes socioculturais, históricos que determinam e influenciam a delimitação desta fase da vida. Convém refletir que a juventude acontece inevitavelmente com todos os indivíduos, independente de classe social, cultura, gênero ou etnia.

Ao refletir sobre o jovem negro na sociedade, faz-se necessário discutir a respeito da população negra, em virtude do processo sócio histórico brasileiro que traz consequências nos dias de hoje, como a presença do racismo, preconceito, desigualdades e discriminações, apresentando em sua história a característica da exclusão que perpassa por gerações. Isto pode ser comprovado a partir do período que pesquisas direcionadas a população negra, demonstram o quanto são marginalizados em todas as esferas da sociedade.

Neste processo, o jovem vive a construção da sua subjetividade que é permeado pelas construções educativas, a qual consiste nas singularidades e individualidades que cada sujeito constrói ao longo de sua vida, por meio das experiências de vida social e de sua inserção na cultura, sendo esta a forma como o sujeito coloca-se diante do mundo, com suas ideias significados e emoções, sua forma de pensar, sentir e fantasiar, dentre outros aspectos que lhe são individuais. Deste modo, compreende-se que a subjetividade não é inata ao indivíduo, mas sim uma construção constante, a partir de sua interação com os elementos internos e externos aos quais entra em contato, sendo então construída e alterada pelo próprio sujeito.

Muitos são os processos educativos pelos quais passamos ao longo de nossas vidas e, uma vez que, Noronha (2008), destaca que as práticas simbólicas se estabelecem como educativas, pois promovem aos participantes uma interação social, seja no próprio grupo ou em distintos, sendo possível identificar um

investimento afetivo nestas relações. Por meio da organização grupal e das práticas simbólicas, há o desenvolvimento da cultura.

Desse modo, o objetivo deste artigo consiste em refletir por meio de uma revisão teórico sobre as construções educativas do jovem negro sob a ótica da subjetividade, pois acreditamos que as práticas sociais, são simbólicas e educativas. Este trabalho baseia-se metodologicamente em uma revisão bibliográfica como autores de referência que discutem juventude negra, subjetividade e processos educativos. Para uma melhor organização do texto, ele foi dividido em duas seções além da introdução, sendo a primeira: reflexões sobre a juventude negra, a segunda: juventude e subjetividade, e por fim, as considerações finais.

2 REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE NEGRA

A diversidade é uma particularidade do Brasil, formada pela miscigenação de etnias, culturas e cores. Nesse processo, destacam três atores sociais principais da população existentes no país: o índio, o negro e o branco. Origina-se daí uma das categorizações que foram atribuídas ao Brasil no início do século XIX, que se referia a este país como uma “sociedade de raças cruzadas” (SCHWARCZ, 2001, p.30).

A chegada dos negros no Brasil foi expressiva, no final do século XVIII, “ o Brasil contava com quase três milhões de negros contra um milhão de não-negros em sua população”. (SCHWARCZ, 2001, p.90). O mercado de escravos era o comércio mais lucrativo do Brasil. O que possibilitava com que cada vez mais expedições fossem encaminhadas à África em busca de um maior número de escravos africanos.

Os africanos ao entrarem no Brasil, passaram a ter contato com uma cultura diferente da sua, seja por meio das vestimentas, comida, língua ou do trabalho distinto daquilo que tinha contato. A culinária e a música brasileira tiveram alterações com a chegada dos africanos, que passam a introduzir novos ingredientes na culinária do Brasil, além de novos instrumentos músicas que produziam sons ritmados convidativos a uma dança alegre e sensual, sendo de certa forma proibida por um tempo nas fazendas.

Outro aspecto importante de análise concentra-se nas uniões conjugais entre os negros. Alguns negros se casavam em cativo e dessas uniões nasciam filhos

que enfrentavam dificuldades para sobreviver por estarem na condição de escravizados. Conforme Pinheiro (2006, p.23) “a taxa de mortalidade das crianças em cativo era elevada dado o excesso de trabalho e má alimentação a que a mãe destas eram submetidas ao da gravidez. ”

Pela ausência de condições de cuidar dessas crianças, as mães frequentemente vendiam-nas para os fazendeiros, que desde cedo as adaptava para o trabalho nas casas dos senhores de engenho. Isso era algo lucrativo para os senhores, seja pelo seu preço ser menor que o de um escravo adulto e seu “tempo de uso” ser maior. As crianças escravas começavam a trabalhar por volta de sete anos de idade, fazendo pequenos serviços domésticos. Esses escravos eram, muitas vezes, mais novos do que aqueles a que serviam. “As crianças escravas aprendiam ofícios considerados tradicionais como sapateiro, alfaiate, carpinteiro, pedreiro, tecelão, barbeiro. ” (PINHEIRO, 2006, p.7). Entretanto, essa qualificação não era acompanhada de instrução escolar. A responsabilidade pela falta de instrução das crianças escravas era também atribuída aos fazendeiros que não tinham interesse na educação dos mesmos. Já as crianças da casa grande, filhas dos senhores de engenho, por sua vez, tinham educação formal condizentes com os costumes religiosos da época. Os meninos recebiam os conhecimentos básicos de escrita, leitura e matemática. Mais tarde eram levados para as cidades com objetivo de terminar os estudos nos colégios jesuítas. As meninas se dedicavam aos trabalhos manuais como bordado, pintura, costura e os afazeres da cozinha.

Porém, os negros não permaneceram passivos diante das diversas violências sofridas desde o processo de captura e submissão ao trabalho escravo no período da escravização no Brasil. As resistências aconteciam de diversas formas, sejam elas por meio das músicas, danças, cultos africanos, infanticídios, suicídios, fugas, além da realização de rebeliões coletivas e organizadas contribuindo para o surgimento dos quilombos. Para Moura (2012, p.21), “os quilombos eram toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Os quilombos tiveram como um de seus principais líderes Zumbi dos Palmares, considerado como uma das grandes representações da resistência e luta contra a escravidão na época do Brasil Colonial, seja pela liberdade de culto, religião ou práticas da cultura africana no País.

Os quilombos surgiram como alternativa de fuga do domínio dos senhores e do sofrimento a que estavam submetidos os negros neste período, representou uma forma de luta contra o sistema escravista, baseada numa sociedade livre, igualitária e sem divisão de classes. Dessa forma, buscava-se uma sociedade antiescravista e antilatifundiária, em que seus integrantes eram reservados direitos e deveres de produzir bens que fossem colocados à disposição de todos que neles se inserissem.

A integração aos quilombos não ficou restrito apenas aos negros escravizados, pois com decorrer deste período passaram a abrigar outros grupos marginalizados e excluídos da sociedade como os mestiços e índios, mesclando assim, elementos da cultura africana, cultura indígena e cultura branca, dando origem a novas expressões culturais, representando uma ameaça aos interesses da elite burguesa e dos proprietários de terras.

As frequentes formas de resistência dos negros e levante dos quilombos serviram para suscitar e aquecer o debate sobre a libertação dos negros escravos no Brasil. Uma mudança que veio ocorrer nesse momento com objetivo de mudar a situação do negro no Brasil, foi a criação da Lei do Ventre Livre - Nº2.040, 1871, que asseverava que os filhos de escravos nascidos a partir desta lei seriam considerados livres.

Já com o fim do tráfico de escravos, em 1888, ou seja, com a abolição da escravatura, multidões de negros se tornaram livres, mas, sem qualquer preparo para exercer a liberdade que “receberam”. A alforria dada aos escravos não trouxe mudanças substanciais neste período, pois, o negro continuou em sua posição de falta de oportunidades por não possuir qualquer qualificação para o trabalho assalariado ficando, novamente, a mercê dos senhores. Somou-se a isso a escolha dos senhores de engenho pela substituição da mão de obra dos negros libertos pela dos imigrantes europeus, usando argumentos de que o negro não estava apto ao trabalho assalariado, além de ser indiferente a acumulação de riquezas.

O Brasil, o último país a acabar com a escravidão, assinou a lei Áurea em 13 de maio de 1888 com a princesa Isabel estabelecendo que os negros fossem libertos, foram 17 anos de lutas e perseguições entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição.

Segundo Andrews (1991) a República foi proclamada em 1889, essa concepção política não garantiu direitos à população negra, em contrapartida

ocorreu uma abolição da escravatura sem planejamento, atenção ou política pública para alterar a imagem, a posição dos negros no mercado de trabalho e na própria sociedade brasileira, a consequência foi a marginalização desta população. O desamparo da abolição era evidente, apesar da liberdade formal dos negros, estavam presos a exclusão da sociedade, sem condições de enfrentamento da nova realidade.

Para reverter essa situação de exclusão no período da República, os negros e seus descendentes criaram diversos movimentos, clubes ou associações de mobilização negra em alguns estados brasileiros em favor da igualdade de direito e de ações antirracistas. Estes movimentos foram crescendo, evoluindo, permanecendo em luta até nos dias de hoje, entre perdas e ganhos, sem desistir.

Algumas conquistas foram realizadas como o dia 13 de maio, data em comemoração nacional pela abolição da escravidão e o dia 20 de novembro, festejado pelo Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse sentido, observa-se dois elementos importantes nos movimentos sociais negros que são ações em defesa de reivindicações antirracistas e, a crescente consolidação de uma nova identidade racial e cultura para o negro no País. Este processo da identidade negra é perceptível na juventude. Alguns elementos culturais e artístico passam ser introduzidos neste cenário, como por exemplo, o *hip-hop*, trata-se de um movimento cultural, que fala a linguagem da periferia e que expressa as inquietações da juventude negra, com letras de músicas e danças permeadas por denúncia sócio racial.

Mesmo com algumas conquistas, mais de 121 anos após a abolição, são necessárias outras melhorias uma vez que os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2017), mostram que os diferenciais entre negros e brancos ainda persistem, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Fundamentados nos dados do Censo Demográfico do IBGE- Síntese de indicadores sociais do ano de 2017, evidenciam que a situação desfavorável que atinge a população negra não se limita as questões socioeconômicas. Diante disto a estimativa é que a pessoa negra possui cerca de 23,5% mais possibilidades de sofrer assassinato em relação a outros cidadãos.

A realidade vivenciada pelos jovens negros no Brasil, principalmente aqueles que, para além da condição social de pobreza, sofrem com estigmatização étnico-

racial, tem sido visto por uma parte da sociedade como criminosas e delinquentes, o que favorece o aumento das desigualdades sociais. Estas diferenças no Brasil, estão relacionadas às étnicas raciais de tal modo que estas desigualdades precisam ser superadas para proporcionar um desenvolvimento do país em diversos âmbitos. Dessa forma a superação do racismo e das desigualdades são mecanismos que proporcionam mudanças e crescimento da sociedade branca e negra (GOMES, 2004).

No Brasil, a realidade, são de políticas públicas insuficientes para atender os jovens, de modo geral, e principalmente os negros, estes uma maioria vista com minoria vivem à margem da sociedade, invisíveis aos olhos da população e dos governantes, que ignoram o processo histórico de exclusão e permitem que a conjuntura atual continue repetindo marcas do passado. Conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA (2017), o rendimento médio dos trabalhadores brancos no Brasil é de R\$ 2.814,00, os pardos de R\$1.606,00 e os negros de R\$ 1.570,00. Já a taxa de desocupação, permanece a diferença, sendo os brancos com 9,5%, os pardos 14,5% e os negros 13,6%.

Os jovens negros e pardos em situações de vulnerabilidade social são os mais atingidos pelas dificuldades de acesso à educação e ao trabalho, em função de uma desigualdade na distribuição de renda entre as pessoas. A desigualdade de oportunidades, condições de trabalho e educação dos negros diante dos brancos são situações marcantes no Brasil, e uma das alternativas para minimizar os danos e proporcionar mudanças nesse panorama, são algumas políticas públicas tardias que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos no Brasil, por meio de lutas e conquistas dos movimentos sociais negros. Dentre elas, leis e estatutos que buscam oportunizar igualdade, dignidade e direito diante da disparidade étnica/racial que assola o país.

Como a lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas do ensino fundamental ao médio; a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; a Lei nº12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais, lei conhecida como *cotas raciais*; a lei de 12990/2014 que estabelece 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos na

administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União sejam reservadas ao negros.

Entretanto, os jovens negros na atualidade carregam uma história de 300 anos de escravidão e um racismo disfarçado que perpassa a invisibilidade social. Recusando a existência de desigualdades, preconceitos, discriminação e exclusão, propiciando seu processo subjetivo por meio destas construções educativas que são sócio-históricas.

3 JUVENTUDE E SUBJETIVIDADE

Na discussão sobre subjetividade, conforme Santos *et. al.*(2013), Freud traz importantes contribuições com a descoberta dos processos inconscientes, o qual afirma que uma parte da estrutura do sujeito não é capaz de apresentar consciente domínio, sendo isto então determinado pelo outro do inconsciente. Em acréscimo a este conceito, Lacan afirma a impossibilidade da existência de um eu sem o outro, sendo então este uma construção mútua com sua interação com o outro por meio da linguagem, deste modo, para que haja a linguagem se faz necessária esta interação, sendo este outro, o determinante essencial para a construção subjetiva do sujeito.

Na juventude o sujeito se apropria das alterações da conjuntura social e cultural aos quais se encontra inserido, sendo um reflexo direto das mudanças nestes contextos, por isto faz parte de sua construção subjetiva. No período da adolescência ocorre uma separação do sujeito de suas funções materna e paterna, havendo uma espécie de ruptura neste laço. Isto, pois se na infância os pais eram o ideal absoluto de autoridade e lei, na adolescência passa-se a questionar não apenas esta posição, mas, também, todas as questões inerentes a estas regras e delimitações. Por este motivo trata-se a adolescência como um período de “reconstrução”, pois isto não impõe a eliminação destes conceitos e desta autoridade, mas sim uma compreensão ampla de suas escolhas e definição de si como responsável por estas, sendo este um marco deste período da puberdade, ao qual se insere o jovem.

De acordo com Lacan (1974), a puberdade consiste em um período de despertar da inocência da infância para o real da sexualidade, o sujeito por meio de

suas mudanças físicas e psíquicas depara-se com as mudanças que tanto lhe afastam do outro ideal que anteriormente era ocupado pelas funções paternas e maternas, quanto por um impulso que os aproxima do outro, sendo este então um momento com o corpo, o outro e a morte. O que se faz destaque neste momento é a forma como cada adolescente lidará com este processo, como enfrentará este luto da perda do corpo infantil e passará para a construção de sua identidade adolescente, a qual faz base para a vida adulta.

Faz-se necessário então neste momento de adolecer, processo inicial da juventude que o sujeito identifique seus desejos, pois será isto que o impulsionará em suas descobertas e construção pessoal. Se situando a partir daquilo que o particulariza.

Desde a infância o sujeito se constrói nesta relação com o outro por meio da linguagem, tendo aqueles que são suas identificações como a função paterna, a materna e a influência dos demais familiares. É por meio destas relações primárias que o jovem se reconhece. Para Santos *et. al.* (2013), Freud considera a adolescência como um dos principais momentos de construção da subjetividade do sujeito, momento este em que ocorre um conjunto de mudanças biológicas, em que este se coloca em um processo de conhecimento de si, também estando sujeito às mudanças externas.

O jovem está inserido em uma sociedade em que diversos determinantes influenciam em sua construção subjetiva, sendo estes: as tecnologias, a moda, a estrutura governamental, econômica e científica; além de estar sujeito às expectativas familiares e sociais que o circundam. Neste constante fazer para o outro, em busca de aceitação, o jovem por vezes se encontra suscetível a conflitos internos de contradição entre seus desejos pessoais e os do outro. E é nesta perspectiva que a educação deve lidar com o jovem.

O processo educacional tende a ver o jovem por um viés científico, atribuindo a estes conceitos e técnicas. Entretanto, o que lhes falta considerar é o jovem como sujeito de desejos, estando em construção subjetiva, processo este que sofre importante influência da educação. Ao se referir ao processo da linguagem, Freud destaca que esta tem origem em processos conscientes e inconscientes, fazendo-se necessário observar para além do dito, mas também aquilo que não é dito, o que é expresso de formas diferentes da fala, o que é singular a cada sujeito. Deste modo

se mostra a impossibilidade da mecanização de técnicas diante do sujeito, mas necessário é um olhar subjetivo para aplicação de técnicas de acordo com a singularidade de seus receptores. (SANTOS *et. al.*, 2013)

Trata-se, então a juventude, de um momento de elaboração de perdas como a perda da imagem ideal dos pais e de seu corpo infantil, em contrapartida também se trata de um encontro com o novo, do corpo e do meio social, assim como a forma com que este se coloca diante do meio. Se percebendo frente a um conjunto de escolhas, de um complexo contexto social que é a contemporaneidade, escolhas estas que definirão o que são, colidindo todos estes elementos com o conceito de “eu ideal” já construído pelo sujeito e que neste momento passa por um processo de reconstrução.

A contemporaneidade traz consigo um conjunto de mudanças que proporcionam ao sujeito uma espécie de vazio. Um vazio de sentido, decorrente do crescente número de possibilidades que o ambiente lhe proporciona no que se referem à tecnologia, elementos e relações. Neste contexto o sujeito está em uma constante busca pela novidade.

É inerente neste momento a construção de seu projeto de vida, que consiste em suas escolhas profissionais e sociais; este projeto será norteado pelos valores e ideais do sujeito, baseando-se então na história de vida deste (DAYRELL, 2015). A escola corresponde a um dos contextos que proporcionam ao jovem esta reflexão e formulação.

Anteriormente, nas culturas tradicionais as transições do indivíduo, principalmente quando o indivíduo saía da adolescência para a vida adulta era marcado por ritos de passagem. Entretanto, na modernidade as mudanças coletivas provocaram alterações também neste processo de transição, sendo o eu construído, parte de um processo reflexivo que envolve um conjunto de fenômenos sociais. Neste mundo contemporâneo, em que a estrutura tradicional é substituída por processos modernos de funcionamento social e construção do sujeito, como funciona então o processo de construção da subjetividade, principalmente na juventude?

Para esta reflexão se faz necessário discutir sobre conceito de representação social, está se refere às teorias que refletem os saberes populares e do senso comum, que são elaboradas e construídas coletivamente para que será possível a

interpretação deste dinamismo. De acordo com esta perspectiva, SANTOS *et. al.* (2013) aborda que o indivíduo é concebido como um ser social, os quais modificam-se mutuamente. Sendo incluso nas representações sociais as normas, valores, significados e mitos inerentes ao meio que o sujeito se insere, isto constitui aquilo que ele é, ou seja, sua subjetividade. (JACQUES, 2014)

A juventude possui o desejo intenso de se construir, como ser social, ser para o outro, e para tanto de ser inserido de forma participativa nestes meios, nestas formulações e aquisição de conceitos, que dizem respeito do que eles são. Percebe-se então na contemporaneidade a constante inserção dos jovens nos movimentos culturais e sociais, estes dão a base para sua construção como sujeito, satisfazendo seu desejo de ser parte integrante, ativo nesta representação social, na sua formulação constante, construindo e sendo construtor da sua subjetividade, influenciado pela identidade social a qual se insere.

Dessa forma, influenciam de forma direta no processo de construção da subjetividade de cada um. Assim, faz-se relevante um estudo sobre as construções educativas do jovem negro, pois seu contexto influencia direta e indiretamente na construção da subjetividade.

O sujeito jovem se coloca diante da sociedade em posição de exigência de participação social, isto porque ele se constrói a partir de suas influências externas, mas também busca modificar o meio em que está inserido, para que então seja completo com este meio, se reconhecendo como um ser social. De acordo com Souza *et. al.* (2012), o jovem tem ocupado uma posição na sociedade de cidadania ativa, nesta o fazer diante das definições políticas e sociais possibilita uma construção conjunta de seus princípios, apenas a partir deste modo de participação se faz possível a construção de políticas que possam atender às reais demandas sociais. Demandas estas que são partes constitutivas da subjetividade do sujeito.

De acordo com Jacques (2014), a subjetividade de cada um consiste no ponto de partida pelo qual o sujeito estabelece o conceito de si, o que o define, sendo o processo em constante metamorfose, que está posto a modificações inerentes ao ser na história e no contexto social. O jovem nos contextos em que se insere percebe-se como participante desta construção histórica, estando submetidos a eles, sendo estes, familiar, social, educacional e cultural.

Nesta construção subjetiva, deve ser observada também a relações do jovem

com a escolaridade e o mundo do trabalho, pois por diversas vezes é esta a causa de angústia para estes, mas também é um fator que impulsiona para a construção de seu perfil social.

Percebe-se um crescente aumento da juventude em estudar, se aperfeiçoar, fazer um curso técnico, superior, que refletem às necessidades inerentes a sociedade globalizada, sendo esta capacitação profissional requisito para a inserção no mercado de trabalho, que se faz uma prioridade para a maior parte dos jovens. Entretanto ainda devem ser considerados os fatores provenientes da desigualdade social, que levam muitos jovens a não terem acesso a diversas formas de educação, levando a uma urgência de sua inserção no mercado de trabalho, anterior aos estudos.

O que sou? Quais escolhas devo fazer? Estas são questões inerentes à juventude, em algumas situações, a finalização dos estudos não consiste em uma garantia da continuidade dos mesmos e de sua inserção no mercado de trabalho. Para responder a estas questões a jovem demanda um auxílio tanto de sua estrutura familiar quanto de seu ambiente escolar, para nortear sua escolha vocacional. Estas escolhas podem ser influenciadas por questões geracionais, sociais, financeiras, dentre outras. Questões estas que perpassam pelas expectativas tanto dos pais e familiares, quanto pela escola e demais vínculos afetivos e sociais.

É neste momento que ocorrem transformações importantes para o sujeito e para sua construção e manutenção de laços sociais, sendo a puberdade um período em que segundo Freud é possível o adolecer do sujeito. Esta transição se torna ainda mais complexa na contemporaneidade, em que ocorreram mudanças sobre a função paterna e materna, às estruturas familiares e todo o seu conjunto de referenciais psíquicos que dão base para a compreensão e elaboração das mudanças ocorridas em si (TEIXEIRA, 2015). Vive-se na contemporaneidade um aumento na oferta de objetos de satisfação, prega-se uma nova forma de liberdade e o imediato se torna prioridade.

Entretanto, para Freud não há o desaparecimento total da adolescência, assim como a absoluta maturidade sexual, sendo assim, não há neste momento de transformação que é a puberdade uma formação de uma nova personalidade, mas a transformação para um novo que conserva um pouco de que se viveu em seu

desenvolvimento infantil, carregado por seus aprendizados, modos de satisfação e traumas. (GOMES, 2017)

Somos então seres em constante construção, o que nos leva a considerar precipitado definir o sujeito em suas fases com características demarcadas, pois cada aprendizado ou experiência terá como consequência uma posterior, sendo também nestas experiências futuras que muito do que já foi vivido passa a adotar um sentido para o sujeito.

Diante deste mal-estar que envolve a juventude, de acordo com Teixeira (2015), deve considerar alguns aspectos comuns, estes que se referem a puberdade, sendo considerados por Freud como importantes a se destacar neste período as influências das modificações orgânicas que interferem diretamente nos aspectos psíquicos deste período.

Na puberdade ocorre o reencontro com este objeto, momento este em que o adolescente passa pelo encontro com o real do corpo que o leva a novas possibilidades de modos de investimento em objetos que o lembram aquele inicial. Aspectos estes que são desenvolvidos desde a infância a partir do processo de transformações, que ocorre de forma especial na escola (TEIXEIRA, 2015).

No processo de aprendizagem o sujeito se depara justamente com estas questões de escolhas e conceitos. Neste processo é sintetizado em duas definições, o de assimilação e acomodação. O sujeito antes de dar início ao seu processo de aprendizagem é atingido por um desequilíbrio, um incômodo em relação ao objeto a ser aprendido, este incômodo se converterá em questionamentos que levarão à aprendizagem.

O processo de assimilação é a capacidade do sujeito tomar posse de um novo objeto ou conceito, sendo assim relaciona o novo conhecimento aos já anteriormente adquiridos, e no processo de acomodação consiste na capacidade de o sujeito se adaptar a este objeto recém-assimilado. Desta forma à escola deve se colocar neste lugar de levar o jovem a questionamentos, que o proporcionaram a aprendizagem e a produção de novos conceitos.

Nesse sentido, a escola na sociedade contemporânea, exerce a função de contribuição para estes sujeitos em construção. O que leva a uma reflexão a respeito da qualidade do ensino, questão esta que deve observar não apenas os preceitos técnicos e teóricos inerentes ao processo de aprendizagem e às

exigências do processo de ensino. Mas deve considerar também as particularidades de seu público-alvo. Para tanto, se faz necessário considerar o dinamismo que é inerente à esta etapa do desenvolvimento, que acompanha de forma intensa as mudanças culturais e sociais, devendo-se então o processo de ensino acompanhar estas modificações.

Segundo Souza *et. al.* (2012), pode ser identificado que o jovem se coloca diante da sociedade como um ator social, o qual diante das condições apresentadas socialmente são apenas expressas essas contradições que o influenciam. Aqueles que estão ao seu redor, que são seus vínculos sociais e afetivos, mas também este como ator social, articula as possibilidades de mudança, definindo estratégias que possam levar a este fim.

Podendo ser observado neste aspecto um protagonismo inerente e buscado pela juventude. Protagonismo consiste em uma designação dada ao sujeito principal dos atores sociais, aquele que movimenta o aglomerado. Nesta luta o jovem também se depara com o mal-estar que decorre da dualidade de ser reconhecido como individualidade e estar inserido ativamente em um grupo social.

Vilanova *et. al.* (2018) afirma se fazer necessário observar na atualidade as mudanças nos modos de se formar laços ou vínculos, sendo estes formados por novos conceitos estabelecidos e regras inerentes aos grupos, que de algum modo não se veem aceitos naqueles já pré-existentes. Deste modo deve-se considerar para a formulação destes laços se faz necessário uma identificação com o que lhe é apresentado.

Na infância o sujeito realiza este laço com pessoas ao seu redor, principalmente seus pais, que na maior parte das vezes, correspondem a seus investimentos, assim como também o faz as demais pessoas de sua convivência. Com a chegada da adolescência, o sujeito se depara com a necessidade de um encontro para com o outro, o que requer investimentos, entretanto neste momento o sujeito não possui certeza de seu retorno, não podendo também exigir destes a resposta que deseja.

É neste período em que os laços se fazem geradores de angústia, pois para tê-los se faz necessários investimentos, porém a incerteza da resposta, de ser ou não recompensado, leva o adolescente em falhar no seu agir. Nessa busca de formulação de laços dentro de uma coletividade de questões inconscientes retornam

ao sujeito em forma de sintoma. (VILANOVA *et. al.*, 2018)

Diante disto, pode-se salientar que existem diferentes fatores que influenciam na construção subjetiva do jovem. Nesta conjuntura, o conceito de juventude é amplo, pois requer a observação de diversos contextos diferentes, podendo então considerar o jovem como o sujeito em um período transicional que geralmente se estabelece em um protagonismo nos meios aos quais se insere.

No entanto, atualmente percebe-se uma grande influência da sociedade de consumo, que por meio de seus produtos e serviços busca propagar um conceito de juventude ideal, a qual o capital se faz necessário para o seu alcance. Considerando este fator econômico e o contexto com o fator social e histórico, são organizadas fórmulas que resultam em diferentes modelos de juventude a serem compreendidos como fenômenos singulares, podendo esta percepção ser facilitada a partir de suas similaridades.

A juventude passa então a ser vista como um período transitório da vida, em que ocorre a preparação para a vida adulta, em que apesar de suas inerentes fragilidades, por estarem claramente mais suscetíveis a violências e influências; a juventude também se mostra como um importante elemento de modificação social. Este período também é marcado por sua inserção no mercado de trabalho ou planejamento disto. De um modo geral, a sociedade tem a tendência de buscar significados e definições, deste modo elaboram visões ideais de cada período do desenvolvimento do sujeito. Na contemporaneidade, a juventude *ideal* também foi uma concepção elaborada pela sociedade, para nortear suas ações diante destes seres em transformação. (SOUZA *et. al.*, 2012)

Neste período transitório, assim como nos demais, não se faz possível separar o sujeito de seu meio social. Isto, pois, este é um ser construído por meio de suas identificações, ou seja, a partir daquilo que tem contato atribui sentido para as novas experiências. Dentro da qual toma como referência vivências, relacionamentos e figuras das quais já teve contato anteriormente. Isto fica claro na juventude, pois estes buscam suas referências para sua construção própria, a partir de experiências vividas em suas formas de investimento e crenças, por meio da relação entre pais e filhos, buscam se identificar nestes papéis, observando seus valores, modos de agir e reagir diante do outro, crenças e valores; para que então possa utilizar destas referências para formar sua própria.

Gomes (2017) identifica que não é possível falar sobre os processos de identificação sem observar as relações que este estabelece nos grupos aos quais se insere. Sendo no grupo que o jovem consegue a substituição do seu ideal do eu, constituindo-se diversos aspectos de sua subjetividade, desta forma, o surgimento dos grupos e círculos de amizade faz com que o sujeito coloque nestes seus investimentos afetivos, formulando novos referenciais para identificações futuras.

Destarte conforme Rey (2005), a subjetividade é “um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação” (p. 19). Sendo assim, a tradição hoje, na cidade moderna, se coloca meio a sistemas de signos variados à todos e inclusive para o jovem negro. A dinâmica urbana facilita que a memória interaja com a mudança, que seja revitalizada ao dialogar com as contradições presentes. Seu sentido se constrói também em conexão com as práticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que juventude não é determinada somente pelos seus aspectos biológicos que direciona os dados cronológicos como idade. Entretanto, ela está relacionada intrinsecamente como uma construção social. Este processo de construção perpassa a sua constituição de subjetivação que inclui a cultura, os modos de vida, os sistemas simbólicos, sociais e educativos, os quais proporcionam a heterogeneidade na conceituação do ser jovem, e no caso desta pesquisa, ser jovem negro.

As construções educativas que perpassam o jovem negro influenciam na formação da sua subjetividade. Pois, trata-se da união de vivências subjetivas e outras que realizam por meio da socialização, trocas de saberes e experiências entre outros jovens, propiciando-se uma interferência nas suas atitudes.

Dessa forma, os processos educativos, são construções de aprendizagens feitas por meio das relações que o indivíduo mantém com os meios que convive. E de acordo o que foi apresentado, o jovem negro em sua subjetividade, encontra nas atividades realizadas em seus grupos de convívio uma identificação e aprendizagem, reafirmando o seu processo pessoal e de interesse pela continuação e manutenção da sua trajetória cultural e sócio - histórica.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid, “O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 – **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em: 10 mar.2019.

DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, p. 375-390, 2015.

DAYRELL, J; CARRANO, P. C. **Jovens no Brasil**: Dífceis travessias de fim de século e promessas de outro mundo. 2003. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/JOVENS%20BRASIL%20MEXICO.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Programa de ações afirmativas na UFMG-Brasil: uma estratégia de resistência negra na diáspora negra. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal, 2004.

GOMES, V. R. R. A ADOLESCÊNCIA SOB A LENTE DA PSICANÁLISE ARTICULADA AO SOCIAL. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 2, p. 247-263, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**, n. 72, fev. Brasília: IPEA, 2017.

JACQUES, M. G. C. et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Editora Vozes Limitada, 2014.

LACAN, J. **O seminário**. Livro 21: *les non-dupes errent*. Paris, França, p.1969-1970,1974.

MOURA, L. G. B. et al. Vozes da Resistência: tradição, inovação e participação da juventude no congado de Estrela do Indaiá Minas Gerais. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2012.

NORONHA, Vânia Fátima Alves. Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas. **Tese** (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008. 252 p.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana - Minas Gerais (1745-1820). **Dissertação (Mestrado em História)** - Universidade Federal Fluminense, 2006.

REY, F.L.G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS *et. al.*. Alteridade e adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação. **Educação & realidade**, v.38,n.2,2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n.3, p. 353-360, set./dez. 2012.

TEIXEIRA, D. O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. **Psicologia USP**, v. 26, n. 1, 2015.

VILANOVA, A.; TENENBAUM, D.; MUÑOZ, N. M. Do grupo ao laço: o mal-estar na juventude e suas modulações. **Revista Affectio Societatis**. Vol. 15, N. 28 enero-junio de 2018, v. 15, n. 28, 2018.